Jurisprudência em Teses

STJ SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

SUMÁRIO

EDIÇÃO N. 104: DA FIANÇA - II 2

Jurisprudência
em Teses

STJ SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Edição n. 104 Brasília, 25 de maio de 2018

As teses apresentadas foram elaboradas após pesquisa na base de dados de Jurisprudência do STJ atualizada até 20/04/2018.

Este periódico não é um repositório oficial de jurisprudência.

EDIÇÃO N. 104: DA FIANÇA - II

1. O fiador que não integrou a relação processual na ação de despejo não responde pela execução do julgado. (Súmula n. 268/STJ)

Julgados: AgInt no AREsp 879490/RJ, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, DJE 28/11/2016; REsp 1359510/SP, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, DJE 28/06/2013; AgRg no REsp 954709/RS, Rel. Ministra LAURITA VAZ, QUINTA TURMA, DJE 18/05/2011; REsp 869357/RJ, Rel. Ministro OG FERNANDES, DJE 28/09/2009; AgRg no Ag 651285/MG, Rel. Ministro HÉLIO QUAGLIA BARBOSA, DJ 06/03/2006; EDcl no REsp 440139/MG, Rel. Ministro ARNALDO ESTEVES LIMA, QUINTA TURMA, DJ 05/12/2005;

(Vide Informativo de Jurisprudência N. 544) (Vide Súmula Anotada N. 268/STJ) (Vide Jurisprudência em Teses N. 53 - TEMA 9)

2. Admite-se a substituição da garantia em dinheiro por outro bem ou por fiança bancária, na fase de execução ou de cumprimento de sentença, em hipóteses excepcionais e desde que não ocasione prejuízo ao exequente.

Julgados: AgInt no AREsp 1066079/MG, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, DJE 17/08/2017; AgRg no AREsp 841658/SC, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, DJE 15/03/2016; AgRg no AREsp 673613/RS, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, DJE 16/06/2015; AgRg no REsp 1265724/RS, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, DJE 13/05/2014; REsp 1090864/RS, Rel. Ministro MASSAMI UYEDA, TERCEIRA TURMA, DJE 01/07/2011;

3. É legal a exigência de prestação de garantia pessoal e de comprovação da idoneidade cadastral do estudante e do respectivo fiador, para a celebração de contrato de financiamento estudantil vinculado ao Fundo de Financiamento Estudantil ? FIES.

Julgados: MC 020298/MG, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJE 29/04/2013; REsp 1155684/RN, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA SEÇÃO, DJE 18/05/2010; REsp 1130187/ES, Rel. Ministro LUIZ FUX, PRIMEIRA TURMA, DJE 20/10/2009; REsp 1046325/MG, Rel. Ministro CASTRO MEIRA, Rel. p/ Acórdão Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJE 31/08/2009; MS 012818/DF, Rel. Ministro JOSÉ DELGADO, Rel. p/ Acórdão Ministra ELIANA CALMON, PRIMEIRA SEÇÃO, DJ 17/12/2007; REsp 879990/RS, Rel. Ministro CASTRO MEIRA, SEGUNDA TURMA, DJ 14/05/2007;

(Vide Informativo de Jurisprudência N. 416) (Vide Repetitivos Organizados por Assunto)

4. Se o fiador não participou da ação de despejo, a interrupção da prescrição para a cobrança dos aluguéis e acessórios não o atinge.

Julgados: AgInt no REsp 1346323/SP, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, DJE 03/11/2016; AgRg no REsp 1431068/RJ, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, DJE 11/09/2014; REsp 1359510/SP, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, DJE 28/06/2013; REsp 869357/RJ, Rel. Ministro OG FERNANDES, DJE 28/09/2009; REsp 259132/MG, Rel. Ministro GILSON DIPP, QUINTA TURMA, REPDJ 18/06/2001; AREsp 1177572/SE (decisão monocrática), Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, Publicado em 29/11/2017;

(Vide Informativo de Jurisprudência N. 93) (Vide Jurisprudência em Teses N. 53 - TEMA 10)

5. A fiança bancária não é equiparável ao depósito integral do débito exequendo para fins de suspensão da exigibilidade do crédito tributário, ante a taxatividade do art. 151 do CTN e o teor do Enunciado Sumular n. 112 desta Corte. (Tese julgada sob o rito do art. 543-C/1973 ? Tema 378)

Julgados: AgInt no REsp 1653658/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJE 19/12/2017; AgInt no REsp 1603466/SP, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA TURMA, DJE 27/10/2017; AgInt no REsp 1576817/SP, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, DJE 11/04/2017; AgRg no AREsp 423573/ES, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, DJE 19/10/2016; AgRg no AREsp 742746/MG, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJE 04/11/2015; REsp 1156668/DF, Rel. Ministro LUIZ FUX, PRIMEIRA SEÇÃO, DJE 10/12/2010;

(Vide Informativo de Jurisprudência N. 532) (Vide Súmula Anotada N. 112/STJ) (Vide Repetitivos Organizados por Assunto)

6. É possível a expedição de Certidão Positiva com Efeitos de Negativa ? CPEN, desde que a carta de fiança seja suficiente para garantir o juízo da execução.

Julgados: EDcl no REsp 1156668/DF, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA SEÇÃO, DJE 10/11/2017; AgRg no AREsp 701323/PE, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, DJE 01/09/2015; EDcl no REsp 1297901/AM, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJE 07/03/2013; REsp 1156668/DF, Rel. Ministro LUIZ FUX, PRIMEIRA SEÇÃO, DJE 10/12/2010; AgRg no REsp 1021249/ES, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJE 21/05/2010; REsp 1063943/RJ, Rel. Ministra ELIANA CALMON, SEGUNDA TURMA, DJE 27/04/2010;

(Vide Informativo de Jurisprudência N. 532)

7. A substituição do depósito em dinheiro por fiança bancária na execução fiscal sujeita-se à anuência da Fazenda Pública, ressalvada a comprovação de necessidade de aplicação do princípio da menor onerosidade.

Julgados: AgInt no REsp 1447376/SP, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, DJE 10/11/2017; AgInt no AREsp 978494/PR, Rel. Ministra ASSUSETE MAGALHÃES, SEGUNDA TURMA, DJE 16/08/2017; AgInt no AgInt no AREsp 963794/PR, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJE 19/04/2017; AgInt no REsp 1269079/PE, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, DJE 28/11/2016; EREsp 1163553/RJ, Rel. Ministro ARNALDO ESTEVES LIMA, Rel. p/ Acórdão Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, PRIMEIRA SEÇÃO, DJE 14/09/2015; AgRg no AREsp 415120/PR, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, DJE 29/04/2014;

8. O levantamento da fiança bancária oferecida como garantia da execução fiscal fica condicionado ao trânsito em julgado da respectiva ação.

Julgados: AgInt no AREsp 1126593/SP, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJE 01/12/2017; AgRg no Ag 1317089/PE, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA TURMA, DJE 26/05/2014; AgRg na MC 019565/RJ, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJE 11/09/2012; AgRg no REsp 1254985/SC, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, DJE 06/03/2012; AgRg na MC 018155/RJ, Rel. Ministro CASTRO MEIRA, SEGUNDA TURMA, DJE 16/08/2011; REsp 1033545/RJ, Rel. Ministro LUIZ FUX, PRIMEIRA TURMA, DJE 28/05/2009;

(Vide Informativo de Jurisprudência N. 392)

9. É impossível a substituição da carta-fiança por seguro-garantia com prazo de validade determinado.

Julgados: AgInt no AREsp 1044185/PR, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, SEGUNDA TURMA, DJE 23/10/2017; AgInt no REsp 1652635/RS, Rel. Ministra REGINA HELENA COSTA, PRIMEIRA TURMA, DJE 03/08/2017;

10. A falta de citação do fiador para a ação de despejo isenta o garante da responsabilidade pelas custas e pelas demais despesas judiciais decorrentes daquele processo, sem, entretanto, desobrigá-lo dos encargos decorrentes do contrato de fiança.

Julgados: EDcl no AgRg no REsp 866293/SP, Rel. Ministro HAMILTON CARVALHIDO, DJE 15/09/2008; AgRg nos EDcl no Ag 693105/SP, Rel. Ministro PAULO MEDINA, DJ 12/03/2007; REsp 473830/DF, Rel. Ministro ARNALDO ESTEVES LIMA, QUINTA TURMA, DJ 15/05/2006; REsp 503594/SP, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, DJ 30/06/2003; REsp 1043792/RJ (decisão monocrática), Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, Publicado em 23/08/2013; REsp 994892/SP (decisão monocrática), Rel. Ministro VASCO DELLA GIUSTINA (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/RS), Publicado em 01/09/2011;

11. É válida a cláusula do contrato bancário que estabelece a prorrogação automática da fiança com a renovação do contrato principal.

Julgados: AgInt nos EDcl no REsp 1373997/RS, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, DJE 21/08/2017; REsp 1502417/MG, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, DJE 26/05/2017; AgInt nos EDcl no REsp 1361599/SP, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, DJE 25/08/2016; AgRg no REsp 1568310/RO, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, DJE 05/05/2016; AgRg no AREsp 500596/RS, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, DJE 18/04/2016; AgRg no AREsp 658030/PR, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, TERCEIRA TURMA, DJE 03/02/2016;

(Vide Informativo de Jurisprudência N. 565)